

Grande vilão da dívida externa

DENISARD ALVES



A crise da economia brasileira e da dívida externa pode se resumir na falência do setor público. É a União, são os Estados e municípios, são as estatais, imersos no fisiologismo, no populismo, na ineficiência e na corrupção, os responsáveis por praticamente toda a dívida externa brasileira. Não só deixaram de pagar a dívida, mas também continuaram a crescer. Para isso, arrocharam o setor privado com a ampliação da carga tributária, no plano fiscal, e com a elevação da inflação e dos juros reais, no plano estritamente financeiro.

Quando uma estatal não consegue pagar suas despesas, ela recorre ao acionista majoritário, o Estado. Ele a socorre, por meio de aumentos de capital muitas vezes fictícios, pois os recursos são para pagamentos de despesas correntes e não para investimentos. Quem paga é o contribuinte. O aumento de capital é aumento de despesas do governo. Nesse caso, o governo aumenta sua receita tributária ou recorre a empréstimos, pressionando as taxas de juro e onerando os custos de produção do setor privado. No caso da União, há ainda uma saída adicional que é a do pagamento dessas despesas com emissão de moeda. Nesse caso, os preços são pressionados, pois a despesa que está sendo paga, muito provavelmente, não se traduz de imediato, e talvez nunca, em aumento de produção de bens e serviços. Resultado: a inflação funciona como imposto. O setor privado com o mesmo nível de produção e renda monetária pagará preços maiores por matérias-primas e bens de consumo.

O mesmo mecanismo funciona quando os governos aumentam suas despesas de administração direta além da capacidade de arrecadação. Surgem déficits que são cobertos da maneira acima descrita.

Durante anos não se pagou a dívida para os bancos credores. Durante anos o setor público, ao invés de se ajustar — diminuindo de tamanho, conseguindo superávits fiscais que permitissem o aparecimento dos recursos necessários ao pagamento da dívida —, continuou crescendo. Com uma agra-

vante: diminuiu o setor privado, com queda da sua renda e redução da sua capacidade contributiva. A saída para financiar as despesas públicas foi a monetária, com a colocação de títulos e a emissão, com aumentos dos juros reais e da inflação.

Muitos anos foram perdidos. O ajuste fiscal só se materializou com o confisco dos ativos monetários no início do governo Collor. Da noite para o dia o Estado reduziu suas despesas com pagamentos de juros da dívida. Subverteu todas as regras de contratos legais e criou uma desconfiança generalizada nas regras do jogo econômico. O ajuste fiscal obtido com o confisco está desaparecendo. Os dólares para pagar a dívida não são gerados. O setor privado, pressionado por altos custos dos impostos e do dinheiro, ao invés de crescer, qualitativa e quantitativamente, entrou em estagnação crônica. Obliterado por políticas econômicas fantasticamente irrealistas, difíceis de ser entendidas até pelos seus proponentes quanto mais pela população. Por outro lado, o setor público continua com seu gigantismo, se gastam fortunas em programas sociais do governo, quando melhor seria que a população fossem oferecidos mais empregos e melhores salários pelo setor privado e com maior estabilidade de preços.

Dizem, e é verdade, que nunca houve arrocho tão grande como o que o País vive agora. Mas o arrocho é só privado, só dos assalariados. O setor público continua o mesmo. Os serviços públicos são péssimos e caros. Para pagar a dívida, os governos terão de comprar dólares dos exportadores. Mas eles não têm os cruzeiros necessários, pois não se ajustaram. Solução: imprime-se dinheiro ou aumentam-se impostos.

Será que o setor privado agüentará mais este peso ou desaparecerá? E o setor público? Será que ao governo hoje resta ainda credibilidade para sanear o setor público para valer, com todo o desgaste político que isso acarretará? Só o tempo, a capacidade e a habilidade do novo ministro da Economia, com a credibilidade que ainda resta do atual governo, nos dirão.

□ Denisard Alves, professor da FEA-USP e empresário, foi secretário de Finanças do Município de São Paulo.